

“TRANSFORMAÇÕES PSICOSSOCIAIS ENTRE MULHERES – CONQUISTA DE DIREITOS E CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA¹”

Betânia Diniz Gonçalves²

RESUMO

Neste artigo "Transformações psicossociais entre mulheres – conquista de direitos e construção de cidadania" procuro reconstruir a trajetória de três gerações de mulheres, comparando suas experiências de vida e identidades no contexto sócio-histórico-cultural de Minas Gerais do século XX. Através de entrevistas semi-estruturadas foram entrevistadas quatro famílias com três gerações vivas de mulheres: avós (Primeira Geração), mães (Segunda Geração), filhas (Terceira Geração), escolhidas conforme a situação ocupacional e grau de instrução das mulheres da segunda geração. Cada família se constitui em um estudo de caso. As trajetórias e identidades das mulheres em cada família foram analisadas conforme sua inserção na esfera pública (trabalho, estudo) e privada (conjugalidade, sexualidade, maternidade e trabalho doméstico). Procurei assim compreender as continuidades e discontinuidades das

¹ Artigo baseado na dissertação "Transformações da Identidade de Gênero entre mulheres no século XX em Minas Gerais - um estudo em três gerações", realizada no programa de pós-graduação em Psicologia pela UFMG, sob a orientação da Dra. Lúcia M. Afonso.

² Psicóloga, mestre em Psicologia social, doutoranda em Psicologia pela PUCSP, professora da PUCMINAS/ Brasil.

identidades das mulheres através dessas três gerações e as repercussões sociais e políticas desta trajetória.

Palavras-chaves: identidade – gênero – mulheres – família – geração.

INTRODUÇÃO

“No tempo de nossas avós” e “no tempo de nossas mães” são expressões que falamos em nosso dia a dia, sem dedicar muita reflexão ao que é que podem significar. Sem dúvida, existe aí não apenas a marca de um tempo, mas também a marca de uma passagem. Da passagem de um tempo através de nossas avós, nossas mães e de nós mesmas – o que dito assim, no feminino, nós mesmas, indica desde já a construção de um objeto! E que objeto será este, senão as transformações de um tempo nos sinais onde ele se revela: nas relações psicossociais, nas relações entre gerações, na construção das identidades dos seres humanos singulares que se constituem a partir de sua história?

O estudo das transformações da Identidade de gênero entre mulheres, no século XX, em Minas Gerais, constitui o tema deste artigo. Trabalhando com o tema da transformação, busco captar o movimento da história através das mudanças na percepção das mulheres sobre si mesmas e sobre a sua relação com o mundo, que aqui precisarei designar através das dimensões do *público* e do *privado*. Construo uma análise das transformações da *Identidade* de gênero das mulheres através de três gerações, em quatro famílias, ao me debruçar sobre as relações que cada uma das entrevistadas relata viver com o mundo do trabalho e o da vida privada. Considerando o entrelaçamento entre o que se nomeia como “público” e o que se nomeia como “privado”, procurei estar atenta para as conexões que as próprias entrevistadas fazem ao relacionar seu trabalho, sua família, o casamento, a sexualidade, os filhos e outras experiências. Procurei compreender as continuidades e discontinuidades das identidades das mulheres, através de três gerações, buscando articular as singularidades de cada história, e entendendo-as, ao mesmo tempo, como parte da trajetória de *gerações*, de uma história coletiva e construção de cidadania.

Contando esta história, pretendi mostrar alguns dos dispositivos que expressaram a subordinação mas também as formas de resistência das mulheres na família e na sociedade, as transgressões e os caminhos encontrados para sua participação e expressão. Interessou-me, especialmente como esse movimento aparece na relação entre as gerações, vivido no ciclo avó-mãe-filha.

Observando as mudanças do século XX, que Hobsbawm (1994) chamou de “A Era de Ouro” verificamos uma revolução social e cultural que nos trouxe grande transformação na esfera da vida privada e vida pública, ressaltando a transformação na identidade das mulheres, em suas trajetórias educacionais e profissionais e nas relações que envolvem a sexualidade, a afetividade e a vida reprodutiva. Possibilitando, pois, que as mulheres fossem conquistando direitos de cidadania, antes, a elas, negados.

A tais mudanças sociológicas corresponderam processos psicossociais que revelam todo um fascinante mundo de emoções, conflitos de identidade e transformação das relações interpessoais, assim como, também contribuiu para o processo de construção de cidadania das mulheres e que se colocam hoje como objeto de estudo para a psicologia social.

Por muito tempo, as mulheres foram deixadas à "sombra da história", para usar as palavras de Duby e Perrot (1991). Com esta pesquisa, pretendo trazer um pouco mais de luz a este jogo de luz e sombra que interliga a história das mulheres à maneira como elas mesmas contam suas histórias, os limites encontrados e os projetos que transmitem à vida das novas gerações, e como traçam a sua inserção no espaço público, a partir das novas exigências sociais.

AS MULHERES NA HISTÓRIA

É com o olhar da psicologia social que me dirijo à história, e não como historiadora. Nesta conjunção interdisciplinar, não tenho a pretensão de propor uma versão acabada à história das mulheres no século XX, em Minas Gerais, mas tenho a intenção de oferecer uma versão onde se possa reconhecer a importância das construções subjetivas como uma forma de ação política, a importância das interações e da relação entre gerações no afazer da História. Lanço questões, como uma fiandeira ao tear, tecendo uma teia que também é minha, e cujo fio é preciso re-encontrar.

1 - Um fio para esta meada: A História das Mulheres e as histórias destas mulheres

Para contar uma história, é preciso escolher as referências e, neste artigo, a identidade de gênero das mulheres será compreendida a partir das relações no **mundo do trabalho** (profissionalização, inserção, etc) e no **mundo da “vida privada”** (sexualidade, afetividade, vida reprodutiva, conjugalidade).

Através de uma pesquisa da história das mulheres no Brasil e em Minas Gerais, pretendi traçar um mapa e, então, percorrer um caminho onde os principais marcos para a análise das

estórias particulares das entrevistadas fossem identificados, sem que os detalhes sobrepujem o que nos é essencial, procurei compreender: as principais questões e elementos que constituem a relação de cada geração de mulheres com o mundo do trabalho e a vida privada e quais as implicações políticas desta relação na mudança de lugar social das mulheres.

2 - O mundo público: uma estranha no ninho

As mulheres sempre trabalharam³. Porém, as suas relações com o mundo do trabalho foram se transformando, tanto em relação aos significados que a sociedade – e as próprias mulheres – atribui ao seu trabalho quanto à forma como elas se inserem nas relações de produção. As formas tradicionais de nomear e medir as várias atividades sociais das mulheres ocultam e desconsideram o seu caráter de “trabalho”, como, por exemplo, a função de dona-de-casa, que é contabilizada em registros estatísticos como “inatividade econômica”. Assim, as estatísticas relativas à participação produtiva das mulheres revelam somente a parcela que trabalha fora do trabalho familiar (Bruschini 1994:179).

É grande a parcela de mulheres que, não participando de segmentos profissionais organizados, também não têm acesso a garantias legais. A possibilidade de conciliar atividades domésticas e profissionais parece atrair as mulheres, porque lhes permite adequar-se às exigências do seu cotidiano, na família e no mercado de trabalho. O trabalho doméstico e as atividades ditas “femininas” constituem um campo de representação social do trabalho das mulheres e, desta forma, se impõem como um campo de identificação para elas. Isto nos alerta para a complexidade da formação da identidade de gênero nas diferentes gerações de mulheres.

São muitas as diferenças na educação de meninos e meninas ao longo do século XX, em meio a estas diferenças havia algo de comum: “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas” Louro (in Del Priori 1997). Ou seja, a ênfase sobre a educação das mulheres deveria ser dada sobre a construção de seu caráter, moral e princípios, tendo em vista o seu papel na educação das gerações futuras. Sua educação se justificava não por seus anseios pessoais, mas por seu “destino de mãe”. Sempre tendo em vista tal destino, outros conteúdos foram acrescentados à “formação das mulheres”, tais como: puericultura, psicologia e economia doméstica.

³ A afirmação de que alguém trabalha ou não depende obviamente do conceito de “trabalho” e mesmo de “trabalho produtivo”. Historiadores, como Perrot (1997), mostram como esse conceito muda com a incorporação da participação das mulheres na história. Como escreve Perrot (1997:97-98), “As mulheres sempre trabalharam, mas o

Nos anos 1950, com o fim da 2ª guerra mundial, o crescimento urbano e industrial, e a formação de uma classe média mais ampla, aumentam as possibilidades educacionais para homens e mulheres. As condições da vida urbana - distâncias entre o local de trabalho e a casa, uso de ônibus, popularização do automóvel, diversões como cinema, festas, etc - aproximam homens e mulheres em novos espaços e práticas sociais. As relações familiares sofrem modificações, contudo, papéis femininos e masculinos continuam bem diferenciados. Persistem as representações tradicionais sobre o trabalho da mulher e sobre a autoridade masculina. (Bassanezi, in Del Priori 1997).

Em fins de anos 1950 e início dos 1960, as regras de comportamento começam a se transformar: relações de intimidade passam a ter um valor novo para as famílias. Na tentativa de transgressão, as moças mudam seus comportamentos, contribuindo para a ampliação de limites estabelecidos para as mulheres. Entretanto, a informação sobre sexualidade era censurada e métodos contraceptivos ainda eram precários: a pílula só aparece nos anos 60 e, neste quadro, a iniciação sexual das mulheres implicava nos riscos de gravidez... e casamentos indesejados (Bassanezi, in: Del Priori, 1997).

Ainda nos anos 1950 e 1960, cresce a participação feminina no mercado de trabalho no setor de serviços de consumo coletivo, escritórios, comércio, e serviços públicos. Estas atividades exigiam uma maior qualificação das mulheres e tornavam-nas profissionais remuneradas, demandando maior escolaridade e propiciando mudanças em seu status social. No entanto, eram muitos os preconceitos vividos pelas mulheres trabalhadoras. Esperava-se que as mulheres se dedicassem exclusivamente ao lar e que a justificativa para o seu trabalho seria apenas a premente necessidade financeira da família. A justificativa da educação para a mulher era a sua qualificação para as tarefas de mãe. A educação visando um futuro profissional não era valorizada. Tais expectativas geravam conflitos com as novas aspirações das próprias mulheres que despertavam para carreiras profissionais e maior independência econômica (Bassanezi, in Del Priori 1997).

Nos anos 1970, o Brasil consolida sua industrialização, modernizando o seu aparato produtivo. Nesta época há um marcante crescimento do envolvimento das mulheres de várias

que colocou um problema para elas foi o exercício de trabalhos assalariados, ofícios e profissões, praticados fora de casa.”

camadas sociais em atividades profissionais (Bruschini,1994). A presença feminina é cada vez mais atuante no espaço público, mudanças em padrões de comportamentos são nítidas: mulheres reduzem o número de filhos e liberam-se para o trabalho; há uma expansão da escolaridade feminina e mais mulheres têm acesso à universidade. A necessidade de complementação de renda familiar, associada às recém-criadas necessidades de consumo, bem como às novas expectativas das mulheres em relação à sua atividade profissional, fazem com que estas persistam em atividades profissionais, consolidando cada vez mais a sua atuação no mercado de trabalho.

As novas posições ocupadas pelas mulheres, e suas novas perspectivas de participação na vida social, possibilitam uma maior amplitude em suas escolhas. Em relação à socialização das crianças, valores igualitários surgem, porém ainda de forma incipiente ou restrita, e a socialização tradicional “feminina” continua tendo grande influência nas escolhas profissionais das mulheres. Essa mesma divisão, conflitante, de sistemas de representações do masculino e do feminino, pode ser encontrada no mundo público e no mundo privado. Apesar do aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho, e do aumento do percentual de famílias chefiadas por mulheres, o homem ainda é considerado como o provedor do lar e a mulher principalmente como mãe e dona de casa (AMAS, 1995). No mundo do trabalho, as mudanças se aceleram, mas “ramos científicos e técnicos permanecem ainda hoje muito mais masculinos...” (Perrot, 1998:105)

No Brasil de 1990, 37,8% das mulheres participam da população economicamente ativa no meio urbano e 29% no meio rural. Sua presença se dá principalmente no setor informal da economia como trabalhadoras não qualificadas, sem direitos trabalhistas, com renda média menor do que a dos homens e, muitas vezes, com pequenos empreendimentos na própria moradia. Esta situação é mais presente para as mulheres de nível sócio-econômico baixo, apontando ainda para uma intrigante fluidez de limites entre família, casa e trabalho (Abreu et alii, 1994; Bruschini, 1994).

Ao constatarmos as restrições vividas pelas mulheres, visualizamos também as suas resistências: como enfrentam e muitas vezes ampliam as fronteiras que limitam suas vidas e estabelecem a sua condição como sujeitos da história. Ao ampliar o seu espaço social, as

mulheres contribuíram para o questionamento das fronteiras entre o público e o privado, politizando e dando visibilidade a novos espaços sociais.

O crescente acesso das mulheres ao domínio público, no decorrer do século XX, provoca uma chamada ‘feminização do mundo’: a ‘invasão’ das mulheres, no espaço público, provoca o deslocamento das representações do masculino e do feminino. As mudanças conflitivas das representações sociais estão, por sua vez, associadas a crises de identidade e, portanto, geram angústia nos homens e mulheres, tocando de forma mais contundente nas relações de poder, desejo e afeto entre gêneros.

O processo histórico de transformações sociais e das relações de gênero supõe complexas interações onde as mulheres desempenham seu papel, ora individualmente, a partir de gestos desconhecidos e anônimos, ora coletivamente, através de movimentos sociais ou através de ações organizadas (Perrot, 1998:92).

As transformações das condições de vida e de trabalho das mulheres, ao longo das gerações, estão interrelacionadas com transformações da sua identidade, enquanto mulheres, em uma dada sociedade, ou seja, da sua identidade de gênero, que aqui reencontramos como um conceito relacional e dinâmico, possibilitando afirmar a qualidade política das transformações do espaço privado e sua repercussão social. As mudanças na vida íntima das mulheres interferem no mundo público e vice-versa. As transformações sociais na vida das mulheres tem um alcance político e as inserem como cidadãs na sociedade. Na medida em que se vêem como seres capazes de se manter e de participar na sociedade, as mulheres podem também melhor reivindicar seus direitos, expressar seus desejos e necessidades, conquistando novos espaços.

O poder de recusa – e de afirmação histórica e política – das mulheres – ora sendo exercido de forma individual, ora coletiva – é uma grande força histórica, de cujo alcance não podemos ter clareza, mas que, certamente, interfere nos limites das prescrições sociais. A conquista de direitos pelas mulheres ainda é um movimento contínuo que também tem, como consequência, a redefinição de limites e direitos para outros grupos sociais, tais como, crianças e idosos.

Quem sabe a luta das mulheres por direitos sociais, entremeando-se às demandas dos diversos grupos, motive a discussão de novos códigos éticos para as relações na vida pública e privada, combatendo privilégios e possibilitando o compartilhamento de direitos comuns.

3 - Os fios do avesso – nas tramas da vida privada...

Contar a história da vida privada no século XX é como construir uma trama pelo avesso da história da vida pública. Não se trata meramente de uma imagem invertida, mas de um jogo de espelhos, onde as imagens se definem mutuamente, em processos de mútua sustentação. A vida privada não constitui um bloco indiferenciado e, em seu estudo, há que se considerar as diversidades expressas, nos diversos momentos históricos, nas diversas classes sociais, nos diversos grupos étnico-culturais.

A história da família nos revela suas transformações e o impacto destas na vida dos indivíduos. Em seu processo de modernização, funções que antes eram restritas à vida privada passam a ser divididas com a escola e o mundo do trabalho. A família se define cada vez mais como uma instância de socialização e organização da sobrevivência no cotidiano, caracterizando-se como esfera da intimidade, onde homens, mulheres e crianças são levados a uma convivência cada vez mais definida por seus aspectos emocionais e subjetivos (Ariès, 1981).

As transformações estruturais vividas pelas famílias foram acompanhadas de mudanças de valores e práticas. O processo de modernização da família, apesar de não ter sido igual para os diferentes grupos sociais, trouxe (a) um enfraquecimento da associação entre casamento e família bem como entre casamento e reprodução, com a aceitação legal de outros arranjos conjugais e familiares, (b) maior flexibilidade nos papéis de gênero, incluindo a incorporação das mulheres no mercado de trabalho, embora persistindo a dupla jornada de trabalho; (c) novos valores relacionados à criação de filhos, ligados à emergência das ciências do comportamento. (Ribeiro e Ribeiro apud Afonso, 1998)

No processo de modernização autoritária do país, iniciado na década de 1960, surgem novas necessidades e confrontos entre família e sociedade. Por um lado, há um avanço tecnológico na indústria, organização urbana, e comunicações. Por outro lado, conforme observa Figueira (1987), em se tratando das relações familiares e da subjetividade, o moderno e o arcaico convivem e se confrontam em constante transformação. Ao longo do século XX, mas, principalmente a partir dos anos 1960, a família no Brasil, em especial a família de classe média, viu-se diante do confronto entre valores hierárquicos e valores igualitários (Figueira, 1987).

Entre 1979 e 1985 crescem as manifestações populares no sentido da redemocratização do país. Uma nova consciência social passa a perceber que a população trabalhadora é composta de

homens e mulheres. Relatos sobre discriminação e segregação sexual saem do espaço doméstico e tornam-se demandas de novos direitos. Neste clima de discussão, a violência doméstica passa a ter visibilidade na esfera pública, com o surgimento de vários grupos – feministas e não-feministas – de mulheres engajadas na luta contra a violência contra a mulher.

Tais discussões atingem as relações sociais provocando questionamentos também sobre as relações na vida privada. Grupos de mulheres começam a participar de instâncias políticas antes não cogitadas, como partidos políticos, associações, comitês, diretorias de sindicatos, etc. Proposições que reafirmam a equidade entre os sexos são debatidas. Atribuições femininas e masculinas são reconhecidas como construções culturais e transitórias. Há necessidade de uma revisão dos diversos papéis exercidos pelas mulheres – esposa, mãe, filha, organizadora do orçamento doméstico, provedora, profissional – e de uma articulação entre os "dois mundos": o contexto familiar e o contexto do trabalho (Giulani, in Del Priori 1997).

Mudanças na família podem ser associadas a mudanças nos papéis sociais das mulheres bem como à sua vivência subjetiva desses papéis. Mudaram as condições de reprodução da população, padrões de relacionamentos, modelos de autoridade, e a legislação redefiniu o conceito de família (união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes), considerando que os direitos e deveres conjugais devem ser exercidos igualmente por homens e mulheres. Há uma tendência para o crescimento da liberação da mulher para atividades profissionais que mudam o seu sentido, passando de atividade secundária à base para novas identidades.

As diferenças entre meninos e meninas estão minimizadas no que diz respeito ao acesso igual à escolaridade. Os estereótipos de gênero na socialização das crianças sofreram algum grau de flexibilização mas podem estar sendo mantidos através de outras estratégias especialmente: (a) a divisão desigual das tarefas domésticas, (b) a persistência da dupla moral sexual. Durante a adolescência, os estereótipos de gênero tornam-se ainda mais fortes, agindo sobre a vida sexual e afetiva dos jovens e influenciando suas aspirações na família e no mercado de trabalho (Afonso, 1997).

Podemos perceber que a identidade das mulheres, no que diz respeito às suas relações com o mundo do trabalho, da política e da família, sofreu grandes transformações ao longo do século XX. Neste final de século, as relações familiares permanecem e têm se mostrado como

fundamentais na organização e suporte da vida das pessoas. Arranjos familiares futuros certamente continuarão a atender às necessidades grupais muito mais do que a critérios de parentesco. Constatamos que é possível verificar a emergência de valores familiares que reafirmam o igualitarismo e o individualismo e se contrapõem aos ideais tradicionais e hierárquicos. Cada vez mais a articulação da vida privada com a esfera pública se mostra um fator de democratização e cidadania. Para as mulheres, em especial, estas mudanças têm significado profundas transformações em sua identidade, papéis, relações sociais e cidadania.

De fato, o século XX, com o desenvolvimento tecnológico, proporcionou aos indivíduos melhor saúde, mais educação, urbanização, multiplicidade de consumo de bens e serviços, entre outras mudanças. Para as mulheres, mudanças significativas ocorreram nos campos jurídico e social, desde o direito de voto até o desaparecimento legal da primazia da autoridade do marido e o advento de novos padrões de relações amorosas. Mas, podemos assinalar, que essas transformações mantêm uma dialética onde avanços e recuos são parte de um mesmo movimento, combinando a afirmação e negação de conquistas de direitos em esferas variadas da vida social.

4 – O “eu” e o “nós” das mulheres: a construção psicossocial da identidade de gênero no decurso das gerações.

Para Afonso (1997: 7-8) a identidade psicossocial, ou pessoal, se constrói como uma narrativa que o indivíduo tem de si no desempenho dos seus papéis sociais. Contudo, vai além do plano de uma narrativa abrangendo os fatores sociais e psíquicos que influenciam a própria narrativa, sobre os quais o indivíduo não tem consciência ou tem consciência parcial. Nesse sentido, a identidade psicossocial se põe como uma formação discursiva que têm referência tanto no sujeito quanto no contexto. Ou seja, a "**identidade psicossocial** é a narrativa que o indivíduo faz de si, no desempenho de seus papéis sociais e na experiência de suas relações sociais. Expressa-se na memória biográfica e na história dos grupos de convivência. Deve ser entendida em seu caráter contraditório de ser, ao mesmo tempo, 'consciência de si' e 'ilusão', construída no contexto sócio-histórico, no jogo polifônico vivido pelo sujeito em suas relações sociais." Por outro lado, "a **identidade social** se define como o status e o conjunto de papéis desempenhados pelo indivíduo na interação social, sempre referida a um contexto sócio-histórico. É relacional e construída através de processos de contraste e identificação. Abrange mas não se restringe à narrativa que o sujeito faz de si." Afonso (1997: 9)

No processo histórico, as identidades de gênero são transformadas. Relações de patriarcalismo e dominação são formas históricas e não naturais. Entretanto, através de mecanismos ideológicos, podem ser apresentadas como “naturais”, decorrentes de uma “realidade biológica”. De fato, a construção do conceito identidade de gênero se dá no contexto social, de forma relacional, onde semelhanças e diferenças entre homens e mulheres são demarcadas pela cultura indo muito além de aspectos biológicos.

Nesse sentido, Scott (1990) identifica, na base da definição de Gênero: a sua construção simbólica no processo histórico; a existência de normas e valores associados aos homens e mulheres pelo fato de serem homens e mulheres em um dado contexto sócio-cultural; a configuração de relações políticas, isto é, relações de poder, tanto entre homens e mulheres quanto entre masculino e feminino; e a construção de subjetividades associadas ao masculino e feminino no contexto sócio-cultural.

A construção social de identidade de gênero, ao longo do processo de socialização dos sujeitos, cria expectativas e maneiras de agir para homens e mulheres. O sexo – elemento da natureza – é interpretado como gênero – elemento da cultura. Há uma construção psicossocial do corpo biológico. A identidade de gênero não decorre “naturalmente” do reconhecimento da existência de uma biologia mas “... diz respeito ao reconhecimento que uma pessoa tem de si mesma pelo fato de estar inserida em um sistema de gênero” (Afonso, 1997). Assim, distingue-se da ‘identidade sexual’ porque esta se refere apenas à consciência de uma biologia masculina ou feminina. A identidade de gênero engloba a identidade sexual mas é muito mais abrangente do que ela, na medida em que nomeia e justifica para o sujeito, entre outras coisas, seu desejo e escolhas sexuais, sua inserção no mercado de trabalho e os papéis que terá na organização familiar (Afonso, 1997).

As identificações do sujeito com o seu “corpo” (reconhecimento de uma identidade sexual), com sua “sexualidade” (escolha de objeto) e com o seu “gênero” (papéis e significados culturais) irão compor uma complexa trama de construção de uma identidade de gênero, inserida no processo mais amplo de construção de sua subjetividade.

Mas se os processos subjetivos são de tal forma relevantes, se existe uma singularidade na identidade de gênero que cada homem e mulher sustenta, isto não quer dizer que cada sujeito constrói a sua identidade de gênero de forma aleatória e independente. A mediação de seus

grupos de pertencimento na sociedade bem como o seu pertencimento de geração contribuem sobremaneira para que a subjetividade seja, ela mesma, uma construção ao mesmo tempo coletiva e singular.

No processo de socialização, vivências são interiorizadas – ou superadas - nos permitindo adaptar ou transformar novos papéis e relações sociais. No decorrer da socialização – seja ela primária ou secundária – ocorrem transmissões do mundo social, isto é, valores e experiências dos mais velhos são passados para os mais novos. O convívio entre gerações, de forma manifesta ou latente, é lugar de influências mútuas em um movimento de dupla direção. Falamos, então, também, de uma “ socialização reversa”, isto é de um processo de transmissão simbólica da geração mais nova para a mais velha, consolidando as transformações culturais.

A transmissão entre as gerações ora mantém ora transforma representações, valores e práticas. Esse processo é adensado pela experiência afetiva, pelos laços sociais e afetivos que unem as gerações. Expectativas de realizações são transmitidas. Projetos são transferidos para a nova geração. Desejos e sonhos são vividos através delas. Nesse sentido, as relações entre gerações são tomadas como um caminho para se abordar a transformação das Identidades. Ao longo do século XX as mulheres foram fazendo suas conquistas sócio-políticas e a cada geração estas conquistas puderam ser acrescidas pelas gerações seguintes. As gerações se produzem sempre umas em relação às outras e cada etapa da vida expressa um determinado momento das relações intergeracionais.

O confronto entre o percurso individual – obtido na entrevista do tipo história de vida – e o processo intergeracional – obtido na reconstrução histórica - possibilita a constatação dos diferentes movimentos de articulação entre socialização e subjetividade, entre a construção social da identidade e as transformações motivadas pela singularidade de cada um. Enfim, nos aponta aquilo que se constitui como continuidade e/ou como descontinuidade nas relações familiares, sociais e geracionais.

A PESQUISA

Ao pesquisar as transformações psicossociais da identidade de gênero em três gerações de mulheres, no Século XX, em Minas Gerais e a inserção social delas como cidadã, procurei abordá-las a partir do conjunto de suas relações, em seu contexto social. Foram verificadas as **continuidades** e **descontinuidades** vividas entre as gerações: seus valores, representações,

práticas e experiências em relação às categorias “escolarização e trabalho” e “vida privada e relações afetivas” e as devidas repercussões sociais.

1 - Escolarização e Trabalho

As mulheres da primeira geração pertencentes ao NSE alto e NSE médio tiveram acesso à educação formal, desde a infância. Porém, Ana, de NSE alto, não buscou se profissionalizar. Para as mulheres de NSE médio, a educação visava uma forma de mudança de condição social, isto é, pela educação formal seria possível o acesso a um melhor emprego que lhe permitisse um melhor nível de condição de vida e consumo. É interessante notar que Benedita se coloca sempre como alguém que precisa trabalhar para dar conta da própria vida. A trajetória de classe relatada por Benedita investe na educação como forma de ascensão social. As mulheres de NSE baixo, da primeira geração, não tiveram acesso à educação formal e, quando muito, sabem escrever os próprios nomes.

As mulheres da segunda geração, de NSE alto, também receberam educação formal até o 2º ou 3º grau. Deviam responder à demanda social de serem boas mães, que pudessem educar os seus filhos ou, em uma época quando as mulheres ampliam sua participação na vida social, se definirem como membros escolarizados da classe média. A Universidade, antes um espaço masculino, começou a fazer parte da escolarização das mulheres de nível sócio econômico alto e médio. As filhas de Ana (Arlete, Amélia e Aninha) não podiam deixar de cursar a universidade, mas só a mais nova delas (Aninha) integra formação e profissionalização.

As mulheres de NSE médio da segunda geração têm mais perspectivas de valorização profissional. Buscavam a educação não como forma de melhor educar os filhos, mas como parte de uma identidade de mulher trabalhadora. Beatriz e Belquis escolhem estudar. Beatriz cursa o 3º grau e exerce a profissão.

As mulheres da segunda geração de NSE baixo, em sua maioria, não têm acesso à escola formal. Danusa e Deise cursaram somente a escola fundamental e não tinham perspectivas de estudar mais. Dentre elas, a que mais estudou, cursou até a 6ª série de ensino fundamental. Tiveram que se dedicar ao trabalho, fosse em casa ou no emprego, para garantir a sobrevivência sua e de sua família.

A educação formal de qualidade continua sendo parte da vida das mulheres da terceira geração pertencentes ao NSE alto e médio. A universidade que, para a segunda geração era uma

possibilidade, uma escolha, é uma perspectiva “natural” para a terceira geração, desde a educação fundamental. Todas as jovens de NSE alto e médio, nesta pesquisa, cursavam ou estavam se preparando para cursar a Universidade.

Mas o sentido dado à escolarização e profissionalização pela 3^a geração de mulheres de NSE alto difere daquele vivido pelas gerações anteriores. A perspectiva desta mulheres é a profissionalização e uma maior autonomia enquanto sujeitos em busca de uma identidade. No NSE baixo, as mulheres da terceira geração continuam distantes de um projeto de escolarização. Denise, cuja mãe chegou até a 6^a série do ensino fundamental, é a única a continuar na escola e a desejar cursar o 3^o grau, em busca de uma profissão.

A educação formal e a profissionalização favorecem a ascensão social. Contudo esta não é uma consequência “natural” da escolarização. Vários fatores interferem neste processo. Nesta pesquisa foi possível verificar que as mulheres da primeira e segunda gerações de nível sócio econômico alto, mesmo gozando de privilégios sociais, tiveram dificuldade de articular a mudança de papéis sociais implicada no acesso à profissionalização. Sob a proteção familiar e não querendo arriscar a segurança e o conforto, negociam suas carreiras educacionais e profissionais, se colocando à sombra de seus parceiros. Algumas delas “escolheram” não exercer a sua profissão para acatar uma imposição de seus pais ou companheiros, que consideravam as suas profissões como não adequadas para mulheres ou ainda, porque a carreira profissional deles estava em primeiro plano e elas deveriam acompanhá-los.

As mulheres (primeira e segunda gerações) que pertencem a um NSE baixo também foram “impedidas” de participar da mudança social. Não tendo referenciais para se espelhar, e sendo excluídas de várias possibilidades na sociedade, não realizaram mudanças de papel social.

Entretanto, o pertencimento ao nível sócio econômico médio mobilizou e favoreceu as mudanças, talvez porque abrisse, para as mulheres muitas perspectivas para as quais teriam ainda de construir o acesso. Talvez fosse essa a situação social ideal para a formulação de projetos e investimentos de vida. Esta foi a atuação das mulheres da primeira e segunda gerações de NSE médio. Certas de que a educação formal e a profissionalização transformaria as suas identidades sociais, e não tendo uma efetiva proteção familiar que lhes garantissem segurança e conforto, estas mulheres não se detiveram naquilo que estava estabelecido pela tradição e buscaram mudanças de lugar social, no contexto da modernização de sua sociedade.

O trabalho profissional não liberou as mulheres do trabalho doméstico. Na primeira geração de NSE baixo, as mulheres têm a ajuda das filhas para a manutenção da casa, mas são as responsáveis pela verificação da execução das tarefas e, se não “trabalham fora”, são as responsáveis pela execução. Na primeira geração NSE alto, a mulher administra a casa. A segunda geração pareceu-me aquela mais sobrecarregada com uma dupla jornada de trabalho, não importando o NSE – alto, médio ou baixo. Se de classe alta, trabalhando fora da cidade, fazem a administração da casa por telefone (Aninha); se estiverem trabalhando em BH, administram a casa pessoalmente, participam ou realizam os trabalhos domésticos (Belquis, Amélia, Célia...). As mulheres da terceira geração de classe popular ajudam as mães nas tarefas domésticas, mas não há relatos sobre a participação da terceira geração, de classe média/alta nos trabalhos domésticos, nem sobre sua colaboração para a administração da casa (Bela, Augusta, Carolina...).

2 - Vida Privada e Relações Afetivas.

Na primeira geração há uma nítida diferenciação/separação sobre o que é apropriado para as meninas e para os meninos. Na segunda geração de NSE baixo, continua esta separação. Mas, na classe média, há relatos de brincadeiras e outras situações em que meninas e meninos estão juntos. Na terceira geração de classe popular, as meninas, ainda são mantidas longe dos meninos; e na terceira geração de NSE médio o contato entre eles é mais permissivo. Há uma mistura de rigidez e tentativa de impedimento de contato entre os sexos na classe popular, ao mesmo tempo em que há uma maior “liberdade” sexual por parte das meninas, que muitas vezes estão mais vulneráveis a situações de risco. “O ficar”, na terceira geração de NSE baixo, envolve relação sexual com mais frequência, e as meninas engravidam mais cedo. No tocante à sexualidade, no NSE baixo, há uma mistura de repressão, estimulação à iniciação sexual e silenciamento; em NSE alto, era possível falar sobre sexualidade e em NSE médio começa a existir diálogo sobre a sexualidade entre as gerações.

Na primeira geração, as mulheres tinham sempre a presença de adultos ou de irmãos mais velhos para acompanhá-las nas atividades com os namorados. Mas, mesmo assim, burlavam esse controle. Ana procurava ir ao dentista, amigo do namorado, e ali se encontrava com o namorado sem a presença de familiares. Benedita lembra-se que somente no escuro do cinema, fora do olhar dos adultos, beijos podiam ser trocados. Carmem se casa com um homem estrangeiro sem

se perguntar qual seria a sua identidade civil. Anterior a este casamento, Carmem chega a ser noiva de um outro rapaz também comprometido que sustentou a relação até o noivado e logo em seguida contou-lhe que não podia se casar por já ser casado em um outro lugar. E Dalva conta que, apesar de todo controle dos adultos, “os rapazes safados pegavam nas maminhas das moças”.

Ana e Benedita e Carmem esperam a aprovação familiar para confirmarem seus casamentos. Escolhem com quem querem se casar, mas só se casam após o parceiro ser aprovado pela família. Dalva tem o seu noivo escolhido pela família, e aceita o casamento, mesmo não gostando do rapaz, pois assim poderia sair do controle familiar. Mais tarde, quando engravida e é abandonada, é expulsa do meio familiar. É desta maneira que sua independência surge – fruto do abandono e da solidão.

Todas as mulheres da primeira geração têm o **casamento** como perspectiva de vida. O casamento e a maternidade para a primeira geração, se põem como destino. Para a segunda geração, ainda é uma forte perspectiva de vida, ainda que com as contradições da década de 1970. As mulheres da segunda geração de NSE baixo, ainda jovens, em sua maioria, gostariam de estabelecer um relacionamento com um homem que fosse “companheiro”, mas nas suas experiências estes parceiros não assumem a instituição do casamento nem da paternidade. As mulheres da terceira geração de NSE baixo têm uma vivência muito próxima às de suas mães e, pensam que seria interessante ter um companheiro, embora não tenham encontrado ainda este tipo de relação: a maioria delas já é mãe e cria sozinha os filhos. As mulheres da terceira geração de NSE médio e alto não têm filhos, tem namorados e querem ser mães. Para algumas, isto deve acontecer após o casamento, mas, outras, independentemente de um casamento, querem ser mães quando lhes for possível ter vida própria e sustentarem os filhos.

Ao término da infância, as mulheres da primeira geração, de NSE alto e baixo eram chamadas de “menina moça”. Contudo, as exigências de trabalho sobre as mulheres de NSE baixo, desde a infância, obstruíam, para elas, a diferenciação entre a infância e a idade adulta, a não ser no tocante ao casamento e sexualidade.

A segunda geração é denominada “mocinha” na adolescência. Continua a mesma situação para o NSE baixo, isto é, as “mocinhas” tem uma vida adulta no tocante às responsabilidades do trabalho.

Para a terceira geração, começa a denominação “adolescência”. Este é um conceito que vai sendo construído no decorrer das gerações. Parece-me que há necessidade social de se denominar de forma específica esta fase entre a infância e a idade adulta. O conceito de adolescência chega primeiro na classe média e alta e só posteriormente à classe pobre. Mesmo sendo consideradas adolescentes, em NSE baixo, as atribuições até hoje continuam sendo iguais às de adulto, só que começando um pouco mais tarde. Para as adolescentes de NSE alto, esta fase é prolongada, sendo dependentes dos pais até a conclusão do curso universitário. Para as adolescentes de NSE baixo esta fase é bastante curta, terminando com a chegada da maternidade, entre 14 e 16 anos.

A sexualidade é motivo de confronto entre as gerações e/ou dentro de cada geração, em todas as classes sociais. A geração mais velha tenta impor à mais nova os seus valores. Em meio a divergências os valores vão mudando e a geração mais nova vai ganhando espaço. Sempre há comparações feitas pela geração mais velha no sentido da ampliação da liberdade afetivo-sexual vivida pela geração mais nova: “*no meu tempo...*”.

Da primeira para a segunda geração não há relatos de diálogos sobre sexualidade, assim como a primeira geração, também, não se lembra de ter conversado com sua mãe sobre este tema. O máximo de “conversa” existente entre a primeira geração e sua mãe ou primeira geração e suas filhas era no sentido de marcar a proibição do exercício da sexualidade, limitando-a à reprodução biológica, no casamento.

Da segunda para a terceira geração, há situações de diálogo e de silenciamento sobre sexualidade. Mulheres da segunda geração de NSE alto e médio, que mais confrontaram os valores familiares durante a juventude são mais capazes de dialogar com suas filhas e, ainda, de facilitar a vivência da sexualidade adulta destas antes do casamento. As mulheres da segunda geração que não confrontaram os valores familiares têm mais dificuldade de dialogar com as filhas e acreditam que a escola deve cumprir esta função. O silêncio, em alguns casos, exerce uma função de “solução de compromisso”, como se as mães dissessem às filhas: “*faça, mas não me conte porque eu não quero e não posso saber*”. Esta saída é encontrada pelas mulheres, por vezes, para não tolher a geração mais nova ou então para não tolherem os próprios desejos.

No NSE baixo, as mulheres da segunda geração, em sua maioria, têm muita dificuldade para abordar o tema “sexualidade” com as filhas, as quais, também relatam não se sentirem

confortáveis para conversar com suas mães sobre o tema. Na escola, aprendem sobre DST, AIDs, métodos contraceptivos... mas não discutem sobre as suas vivências da sexualidade. Mesmo tendo informações técnicas, não retardam a maternidade. A exclusão social vivida por estas mulheres repercute em outras instâncias de suas vidas. Certamente, esta exclusão se dá também no desconhecimento do próprio corpo, na desqualificação do trabalho, na dificuldade de estabelecer vínculos....

No decorrer de todo o século XX, nos diversos NSEs, a transmissão de saber sobre sexualidade se dá principalmente no meio dos amigos, primos... os mais velhos vão contando aos mais novos. A escola, a partir da terceira geração, começa a ter um papel importante no tocante às informações sobre sexualidade. No meio familiar, a educação sexual das jovens continua sendo função das mães.

As mulheres de NSE alto (primeira e segunda gerações) viviam na dependência dos pais que tinham autoridade para decidir sobre as filhas. Na condição de esposas, viveram em função de seus maridos, mesmo quando cresciam profissionalmente. Os casamentos são oficializados e não há relatos de separações. A figura masculina protege as mulheres, garantem-lhes conforto e segurança mas não as deixam se sobressair. Na relação marido/esposa há uma estagnação por parte das mulheres. Na relação pai/filhas, há oportunidades de crescimento das mulheres, mas os limites continuam impostos pelos homens.

Para a terceira geração de NSE alto, os limites se alargam e, na relação pai e filhas, há uma perspectiva de maior crescimento das mulheres. Quanto à relação marido/mulher, esta geração ainda não tem uma vivência concreta. Contudo, sua perspectiva é de que não sejam *“aquela coisa sustentada pelo marido”*, e sim que tenham maior decisão e autonomia.

Entre as mulheres de NSE médio, as funções de proteção e manutenção dos pais é mais limitada. As mulheres têm que buscar o próprio sustento quando adultas. São impulsionadas a crescer por não haver garantia de proteção, de um lado, e porque têm projetos, de outro lado.

Na relação com os maridos, estes também não são os únicos provedores. As mulheres de NSE médio têm que compartilhar o sustento familiar, embora mantendo a relação tradicional: às mulheres cabe a decisão sobre os filhos, aos homens cabem as decisões econômicas. Na relação com os maridos, estas mulheres têm sido *“sócias”*. A divisão econômica garante-lhes um melhor

padrão de consumo e identidade própria, sustentada num desejo pessoal. Os casamentos são oficializados, mas são passíveis de separação.

A terceira geração do NSE médio tem, como perspectiva, uma relação diferenciada com o parceiro. O diálogo presente na relação com os pais tende a ser ampliado em relação ao parceiro. Há uma grande expectativa familiar em torno do potencial e crescimento desta geração de mulheres.

Em relação às mulheres de NSE médio/baixo a primeira geração estabelece uma relação de obediência em relação ao pai e ao marido. As mulheres da segunda geração desconhecem a verdadeira identidade do pai, sabem pouco sobre ele. Há uma grande admiração em relação a ele, mas não sabem o que é que admiram. O pai é um enigma. Em relação aos parceiros estabelecem relações em sua maioria conturbadas, muitas vivem situações de violência por parte dos parceiros. A maioria delas só se reorganiza em relações posteriores ao primeiro “casamento”. A maioria dos casamentos não são oficializados, há grande índice de novos casamentos. A terceira geração pertencente a um núcleo familiar mais organizado tem perspectiva de construção igualitária de relacionamento com o parceiro. Parte da terceira geração, pertencente a um núcleo familiar mais conflituoso repete uma relação conturbada com o namorado.

As mulheres de NSE baixo (primeira, segunda, terceira gerações), em sua maioria, não se relacionam com o pai. Há poucos relatos de contatos com estes, na maioria das vezes não os conhecem, e não convivem com eles. A mãe é a referência familiar. O pai é ausente. Em relação aos parceiros, há uma grande frequência de troca. Ao projetarem o futuro, o parceiro não está incluído. As mulheres levam em conta a construção da casa, e os filhos. Os casamentos não são oficializados e os filhos costumam ser de vários pais. Os parceiros também são ausentes da educação e criação dos filhos.

A questão da Violência sexual não era foco desta pesquisa. Mas, a incidência de fatos relatados pelas mulheres chamou-me a atenção e senti ser necessário dar destaque ao problema. Decidi não tratá-lo de forma mais detalhada, em cada família, para não correr o risco de expor as mulheres. Algumas situações relatadas fazem parte de seus segredos, ou mesmo de segredos familiares.

Situações de abuso ou violência sexual foram detectadas em todas as gerações. Em níveis maiores de pobreza, as mulheres estão mais expostas a todos os tipos e níveis de violência,

inclusive à violência sexual. Contudo, situações de risco ou abuso sexual existem em todas as classes sociais. Ter que proteger é uma constante.

Algumas entrevistadas relataram violências e abusos sexuais no meio familiar. O desenvolvimento físico das meninas, o momento em que o corpo começa a tomar formas de corpo de mulher é o momento de maior incidência de situações de risco, um dos momentos de maior vulnerabilidade.

Nos casos relatados, o agressor, geralmente, estava muito próximo de suas relações domésticas: há casos sobre o tio, o pai, o namorado da mãe, o educador da creche, o vendedor da banca de jornal, o irmão da amiga, o amigo do irmão, e em menor escala, o desconhecido. Esta é uma experiência que muito angustia todas as mulheres. Tanto as adolescentes quanto as mulheres adultas ficaram angustiadas ao relatarem as situações ou possíveis situações de abuso sexual. Para mim, também, foi angustiante ouvir seus relatos. Há uma mistura de sentimentos como raiva e culpa. Nem sempre as situações são acompanhadas de coação física, mas de abuso de poder e sedução. Há situações em que as meninas não sabem o que está acontecendo, faltam palavras para expressarem o vivido, e somente mais tarde, quando descobrem e nomeiam a sexualidade, é que vão entender os fatos.

Todas as mulheres entrevistadas da primeira e da segunda gerações são mães. Para algumas delas, a maternidade chegou como uma invasão em suas vidas. Não estavam esperando que acontecesse, porque ainda eram muito jovens, ou porque atrapalharia a carreira profissional, ou porque o marido não queria mais filhos... Para outras, a maternidade chegou conforme planejado: o número de filhos(as) que queriam ter, na hora que queriam, com a pessoa com quem queriam ter...

A mitificação da maternidade, como sendo instintiva para todas as mulheres e extremamente gratificante, não fez parte da maioria dos relatos das mulheres entrevistadas. Somente uma mulher, de NSE alto, disse que *“os meus filhos são a coisa mais importante em minha vida”*. Em relação às mulheres de NSE baixo, os filhos estão sempre presentes em seus planos. Com eles constituem família e *“preferem ter filhas-mulheres”*.

As mulheres da terceira geração (NSE baixo) que já são mães não têm idealizações sobre a maternidade, dizendo sentir o peso do trabalho para criar os filhos. As mulheres da terceira geração de NSE médio e alto imaginam que ser mãe seja algo muito prazeroso. A maternidade

está em seus planos, contudo não experimentaram ainda as exigências da maternidade. As mulheres da terceira geração, que hoje estabelecem uma relação conflituosa com as mães, querem estabelecer com os filhos(as) uma relação diferente e “mais aberta”.

A maternidade interfere profundamente na vida do casal, sendo o cuidado direto das crianças uma responsabilidade das mulheres. Esta tarefa ocupa-lhes grande parte do tempo. Há pouca ou nenhuma participação do marido/parceiro no cuidado direto com os filhos(as), acarretando para as mulheres uma sobrecarga de trabalho que não lhes é gratificante. Por mais que tenham escolhido ser mãe, não querem assumir sozinhas as responsabilidades para com os filhos.

As mulheres de NSE baixo que não têm os parceiros junto delas reclamam, também, porque estes não dividem com elas as despesas com os filhos(as). As mulheres de NSE médio e alto que, em sua maioria, vivem com os maridos reclamam porque estes não dividem com elas o cuidado direto para com os filhos: são elas que levam os filhos para escola, para o médico, cuidam deles em fins de semana, durante a noite...

Na medida em que os filhos e filhas crescem, tornando-se amigos e amigas de seus pais a experiência da maternidade se torna mais prazerosa, e por vezes, também mais exigente. Deparar-se com a vivência sexual da filha adulta, para algumas mulheres-mães, é inaceitável. Para outras, traz certa dose de ansiedade, embora reconheçam que este é o processo de desenvolvimento das filhas, que deixaram de ser crianças. Ver os filhos(as) construírem e realizarem projetos lhes dá grande satisfação e, em sua maioria, procuram incentivá-los, dentro de seus referenciais e perspectivas sócio-culturais.

3. Concluindo....

Ao longo de três gerações, as transformações da identidade de gênero entre mulheres, seus papéis, projetos, sonhos e realizações, suas trajetórias de vida e formas de relação, sofreram influências de sua condição social e de seu contexto histórico. Mas não podemos também desconsiderar suas expressões de subjetividade e a repercussão política destas transformações.

As mulheres de NSE alto e médio encontraram mais oportunidades, mas foi no nível médio que as maiores mudanças aconteceram. A referência da escolarização e do trabalho se fazem mais presentes em suas identidades, bem como a independência dentro da relação conjugal e a maior autonomia em relação à sexualidade e vida reprodutiva.

No nível sócio-econômico baixo, o acesso à escolaridade continua precário e as situações de violência são mais explícitas. O abandono pela e da figura masculina é mais caracterizado, mostrando um nível de conflito entre gêneros que se agrava com as dificuldades da vida material e as responsabilidades com os filhos. Ainda assim, a nova geração se mostra mais consciente de seus direitos e mais ambiciosa em seus projetos.

Embora mulheres de todas as gerações tenham enfrentado situações de abuso e violência, elas também se mostraram determinadas a construir uma trajetória e projetos de vida. As mudanças na vida das mulheres acontecem entrelaçando vida pública e vida privada, como sujeitos sociais que buscam integrar suas conquistas nos diversos espaços: trabalho, família, maternidade, sexualidade, reafirmando o seu direito de fazer escolhas e a importância de sua autonomia. Tais mudanças conquistadas e vividas pelas mulheres repercutem e interferem no espaço social e político.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AFONSO, M. L. Miranda. *A Polêmica sobre Adolescência e Sexualidade*. Belo Horizonte: s/ed., 1997. mimeo. Texto baseado na tese (de mesmo nome) apresentada à Faculdade de Educação da UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em educação.
- AMAS. *Famílias de crianças e adolescentes: diversidade e movimento*. Belo Horizonte: CBIA/UNICEF, 1995.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.
- _____ & DUBY, G. (Orgs). *História da Vida Privada: Da primeira Guerra aos nossos dias*. vol. 5. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
- ATTIAS-DONFUT, C. *Generations et Ages de la vie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Quiróz, 1983.
- BRUSCHINI, Cristina. "O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes." in: *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, número especial, 2o. semestre de 1994. p. 179 -199.
- CORRÊA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira". In: ARANTES, Antônio A. e outros. *Colcha de retalhos - estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1993.
- CORREA, Sônia. "Gênero e sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora do lugar?" in: PARKER, R. & BARBOSA, R.M. (orgs). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA:IMS/UERJ, 1996. p. 160 -172.
- COSTA, J.F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999, 4ª ed.
- COSTA, Sarah Hawker & GIFFIN, Karin (org). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- DEL PRIORE, M.L. (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/ Unesp, 1997.
- FIGUEIRA, S. A. "O moderno e o arcaico na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social". in: FIGUEIRA, S. A. (org). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- FLORENTINO, M. G. & GÓES, J.R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- _____. "As Famílias Brasileiras: mudanças e perspectivas". in: *Cadernos de Pesquisa*. no 91. São Paulo: Fundação Carlos Chagas,. Nov.1994. p. 7 - 22.

